

A presente edição da REVISTA ESTÉTICA E SEMIÓTICA | Volume 10 | Número 2, sob o título ARTE, ARQUITETURA E QUALIDADE II, segue o princípio geral de sua organização usual, ou seja, começa com questões gerais e daí passa para outras mais específicas. Assim, aqui se começa com a ampla questão da verdade, passa-se por questões abertas de arquitetura, urbanismo e estética, estudam-se teóricos em sequência histórica, de Vitruvius a Kant, para depois abordar problemas específicos de gestão urbana, bem como do patrimônio cultural da Feira do Guará, no Distrito Federal. Segue-se assim a estrutura da tradição metafísica, em que os universais eram vistos como formas guardadas na mente divina e origem de todas as coisas existentes e possíveis de existir.

Exatamente isso, porém, é questionado já no primeiro artigo. Nele se tomam argumentos de Thomas de Aquino sobre a verdade, para questionar a própria separação que ele torna absoluta entre forma e matéria, divergindo do mestre Aristóteles, para o qual também nenhum ente poderia ser o ser. Um ente que comportasse a 'ideia' de todos os entes seria um ente, não O Ser. Essa 'ideia' puramente formal não está de acordo com a concepção platônica, pois para Platão ideias seriam como que protótipos. Uma pura forma, destituída de toda materialidade, seria um contrassenso para os gregos.

Isso gera, portanto, uma contradição interna, quando se aparenta partir de princípios gerais para questões singulares. A própria estética é uma contradição permanente: por mais 'sublime' que pretenda ser a arte, toda obra tem uma materialidade sem a qual ela não existe. Por que o termo 'sublime' é suspenso do seu significado habitual pelas aspas? Não é só porque em Kant o belo está para o finito assim como o sublime está para o infinito e, portanto, não poderia haver uma obra de arte que fosse sublime. O termo alemão para 'sublime' é Erhaben, que provém de erheben e heben, quer dizer elevar. A tradição latina traz exatamente o contrário quando se observa com mais cuidado a etimologia, sublime, nominativo neutro oriundo da junção de sub, abaixo, e limus, transversal, oblíquo, aponta para aquilo que está abaixo do limiar. Em vez de haver uma elevação para a transcendência, para a infinitude, faz-se o movimento contrário de povoar a finitude, entre a abóbada do templo, os ditos do púlpito e o temor dos fiéis.

Este é apenas um exemplo de insuficiências que percorrem o pensamento corroído por séculos de tradição metafísica. Corroído como se houvesse uma cárie escondida em sua estrutura. Ele não resiste a uma mordida mais forte. É claro que tocar nesse ponto ne-

vrálgico provoca reações, como se a mordida fosse a causa do problema. Quer-se que se aceite tudo como está, sem questionar os fundamentos. Há um reacionarismo latente no âmbito acadêmico. Fomentam-se pequenas pesquisas localizadas, rejeitam-se as problematizações mais amplas.

Pareceristas ad-hoc e membros de bancas e júris escondem-se atrás do anonimato dos pareceres, sem que se possa chegar a um efetivo debate sobre os supostos fundamentos de suas alegações. Na universidade brasileira não há efetivo debate: o mais próximo parecem ser ofensas de jovens pretensiosos contra professores mais antigos. As bancas são ritos de passagem, em que não se discute nada a fundo e praticamente ninguém é reprovado. Também não há debate público sobre os fundamentos, pois por toda a parte pairam ameaças de processos judicializando-se questões que deveriam ser teóricas.

Assim como a economia brasileira tem ficado muito aquém do desenvolvimento mundial, o aumento quantitativo do ensino público e das publicações desde o governo Lula não tem levado logo a um aumento qualitativo proporcional. Espera-se que isso venha a acontecer. Na época da ditadura, para que alguém pudesse ingressar no ensino superior, ele precisava ser convidado por um catedrático. Ora, esses quadros não tinham em geral formação acadêmica formal nem convidavam como assistentes aqueles jovens que fossem capazes de ultrapassá-los: a mediocridade atraía a mediocridade na razão direta das massas e sem razão contrária das distâncias. Quem tivesse talento e esforço era considerado uma ameaça.

Com a Constituição, institui-se o ingresso mediante concurso público. Só que as bancas eram dominadas pelos departamentos, que eram a democratização da mediania. Quando se passaram a fazer bancas só com membros externos, parecia-se ter alcançado maior isenção na seleção. Como há isonomia nos salários dos professores, não se consegue, por enquanto, reunir os melhores quadros nos melhores centros. Em países como Estados Unidos e Alemanha, quando a universidade busca melhores quadros ela oferece melhores salários e condições de trabalho.

No Brasil, não se tem a figura de um mentor intelectual que monte a estrutura de um grupo de excelência. Confunde-se excelência com a problemática estrutura formal do Qualis. Acha-se que se pode definir qualidade por vetores externos, ocasionais e manipuláveis. Quem tenha perfil diferenciado, não consegue ser admitido como válido. Os pareceres são dados por pares acadêmicos e assim se acha que se é justo: não

se percebe que na pesquisa, na produção intelectual e artística vale o ímpar, o que não tem o seu igual. Os pareceristas acham que não é factível o que eles próprios são incapazes de fazer. São o atraso sob aparência de progresso.

Os pares reproduzem e impõem o que está parado num cronotopos. A pretexto de ajudar, impõem o atraso. Eles não têm condições de avaliar o que vai além do seu limitado horizonte. São arrogantes e pretensiosos, escondem-se no anonimato. São uma barreira ao conhecimento em horizonte mais amplo. Assim se estagna numa mediocracia geral. Isso é reforçado quando no governo impera o negacionismo, a crença, que são sustentados pelo baixo perfil cultural médio da população brasileira. A universidade brasileira é hostil ao gênio, ao espírito criativo e crítico. Os centros de excelência mundial se medem, no entanto, pela quantidade de gênios por quilômetro quadrado. Eles não são produzidos em série, são seres de exceção, insubstituíveis.

Dentro deste quadro, a Revista de Estética e Semiótica está se mantendo por teimosia e dedicação de um grupo de vários colaboradores. O Núcleo de Estética, Hermenêutica e Semiótica tem persistido na luta para preservar um espaço para publicação interdisciplinar que dificilmente encontraria outro lugar para fazê-lo. Há reconhecimento das matérias e formas com as quais são tratadas que vão para além de classificações comumente feitas devido a algum formalismo em curso. Não aderindo ao fetichismo em voga, a RES luta pelo direito à existência diante e em nome do valor do que aqui se tem produzido.

O presente número – ora já em seu décimo ano de existência – começa com um estudo sobre Tomás de Aquino, estratégico para examinar a concepção escolástica de verdade e de lógica, característica da tradição metafísica. Mostra-se como essa concepção se baseia numa leitura peculiar e problemática de Aristóteles, mas se impõe ao pensamento filosófico moderno, mesmo em autores que não parecem filiados ao catolicismo. A seguir, Fernando Fuão, professor da UFRGS, examina analogias entre repartições públicas e clichês e guichês no ensino de arquitetura, para depois examinar o que seria o corpo playboy na arquitetura atual: um artigo instigante.

José Carlos Lemos parte de dois clássicos da literatura italiana do final da Idade Média, A divina comédia e O Decamerão, para confrontar a atual pandemia de Covid com situações de peste no passado. A expressão Abya Yala significa terra que floresce na língua kuna. A arquitetura precisa cada vez mais se perguntar sobre seu caráter destrutivo, a pretexto de dar conforto às pessoas: a raça humana precisa perguntar sobre o seu direito à existência, já que ela é a maior destruidora de animais, plantas e paisagens do planeta. Ela se torna, assim, destruidora de si mesma, como fazia já ao exercer a escravidão, o colonialismo, o racismo, o

machismo, a exploração do trabalho. Não entende arquitetura quem só entende de arquitetura. O trabalho interdisciplinar não é mera opção teórica, mas necessidade prática.

Aline Zim e Erinaldo Sales uniram forças para refletir sobre o artesanato digital e a profissão do arquiteto. Simula-se no computador um produto fim, deixando a edificação depois para terceiros. O arquiteto se torna um artesão digital, sem formação humanística nem filosófica, mas com contatos esparsos pelo mundo todo. A dimensão artística se esvai e se vai. Na era digital, tudo se copia, pouco se cria. Quanto mais conecta o sujeito estiver, mais genial, contudo, vai parecer.

Raquel Santos debate a estética da desigualdade: os espaços edificados reproduzem as desigualdades econômicas dos usuários, consagrando a distância social como normalidade arquitetônica. A rua é entendida como prolongamento da habitação, como se fosse a sala de estar estendida para a interação comunitária. Como Brasília não tem ruas como as cidades usuais, sua exceção se torna uma normalidade para seus moradores, que permite ver com estranheza o que é usual nas outras cidades. Isso gera nova estética da paisagem.

Carolina Borges retoma seus estudos de doutorado sobre Vitruvius e Alberti para ver qual seria a essência do belo buscada por esses clássicos. Há uma racionalidade nas proporções, que leva à percepção da simetria e da eurrítmia, associadas à sensação de prazer. Júlio César Brasil retoma sua fascinação pela obra de Kant, para ver como o belo e o sublime são conceituados na Crítica do juízo, refletindo uma fruição livre, a arte sendo entendida como exercício da ideia de liberdade.

Felipe F. da Silva retoma os embates entre Jane Jacobs e Robert Moses na Nova York das décadas de 1950-60, sobre a luta entre cidadãos comuns e aqueles que controlam o dinheiro na gestão das cidades. É uma parte estratégica na democratização da sociedade. Luís Gustavo Venturelli, no artigo sobre a Feira do Guará, fala de um local que é afamado entre os candangos, pois é frequentada há dezenas de anos por moradores de várias partes do Distrito Federal. Feiras semelhantes estão surgindo em outras regiões administrativas do Distrito Federal.

Queremos agradecer a todos que colaboraram na feitura deste número, numa época tão difícil como a que vivemos. *Dimidium facti qui coepit habet: sapere aude.* Desejamos aos leitores a centelha da crítica aqui aberta, que possa mover a prática diária rumo a dias melhores e a novos fazeres.

Brasília, dezembro de 2020

Erinaldo Salles  
Flávio R. Kothe  
Júlio César Brasil